



# Relatório CTC para Acionamento da Fase 2 da PSS

## Política de Segurança Sanitária para a Covid-19

Comitê Técnico Científico (CTC)





# Tópicos do Relatório CTC

O Relatório consiste dos seguintes tópicos:

- Apresentação
- Caracterização da fase 2 da PSS
- Análise da implantação da fase 1 pelos câmpus
- Avaliação do cumprimento dos protocolos biossanitários
- Evolução do cenário pandêmico em santa catarina
- Impacto da suspensão das atividades presenciais no IFSC
- Parecer e recomendações
- **Anexo I** - levantamento de boas práticas de biossegurança
- **Anexo II** - resultados do levantamento de boas práticas de biossegurança



# 1 APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo subsidiar o Conselho Superior do IFSC quanto à autorização para o acionamento da Fase 2 da Política de Segurança Sanitária (PSS) pelos câmpus, Cerfead e Reitoria, conforme estabelecido na Resolução CONSUP 16, de 09 de julho de 2021.



## 2 CARACTERIZAÇÃO DA FASE 2 DA PSS

### Fase 2

Período de no **mínimo 21 dias**, onde se dará o retorno parcial das atividades administrativas e acadêmicas presenciais, devendo ser respeitado o limite de **até 30% do público** (servidores, estudantes e terceirizados) de cada unidade.



## 2 CARACTERIZAÇÃO DA FASE 2 DA PSS

**A prioridade de retorno presencial está definida conforme segue:**

1. Estudantes formandos para aulas de laboratório e realização de experimentos para a conclusão de Projetos Integradores e TCC;
2. Aulas de laboratório com escalonamento de dias e horários;
3. Estudantes de cursos EJA-EPT e estudantes em privação de liberdade que já completaram o ciclo vacinal, conforme avaliação de sua pertinência e possibilidade pelo câmpus;
4. Disponibilização de laboratórios de informática a estudantes sem acesso às AN;
5. Retorno de atividades de pesquisa que não possam permanecer paradas tendo em vista o cumprimento de prazos constantes em edital ou sob risco de prejuízo irreparável ao seu andamento;
6. Retorno de servidores que não constituam grupo de risco e atuem em setores essenciais à realização das atividades acadêmicas.



## 2 CARACTERIZAÇÃO DA FASE 2 DA PSS

### Fase 2 - Pré-requisitos para acionamento:

1. Aprovação do Plano de Contingência Local (ou semelhante) pelo município em que o câmpus está situado, exceto se não exigida pelo comitê municipal;
2. Disponibilidade de capacitação da comunidade acadêmica para cumprimento dos protocolos de biossegurança;
3. Mapeamento de espaços a serem utilizados, de horários e fluxos de atividade para acionamento da Fase 2;
4. Análise de relatório de acompanhamento de implantação da Fase 1 elaborado pelas CLC, a partir de orientações do CTC;
5. Verificação de **Risco Potencial GRAVE por 14 dias** na região de saúde em que se encontra o câmpus;
6. Ateste em formulário específico da capacidade dos câmpus de cumprimento das boas práticas de biossegurança previstas na PSS/PLANCON;
7. Autorização do Consup para acionamento da Fase 2, a partir de relatório do CTC;



# 3 ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA FASE 1 PELOS CÂMPUS

**Dados quantitativos acerca do funcionamento dos câmpus na Fase 1 da PSS.  
Destacam-se:**

- ✓ Baixo número médio de pessoas (por segmento e total) que acessaram diariamente os câmpus na Fase 1.
- ✓ Sendo o maior quantitativo (total) pertencente ao segmento dos trabalhadores terceirizados, seguido pelos servidores e, por último, os estudantes. Apenas 1 caso de Covid-19 foi confirmado entre o público que acessou os câmpus durante a Fase 1.
- ✓ No que se refere à disponibilidade de capacitação da comunidade acadêmica para cumprimento dos protocolos de biossegurança, até a apresentação deste relatório, foram emitidos 180 certificados para servidores e 90 para estudantes.



# 3 ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA FASE 1 PELOS CÂMPUS

## **Atividades gerais realizadas e informadas pelos Câmpus que se encontram na Fase 1, destacam-se:**

- Implantação das estratégias e condições definidas nos PLANCONs;
- Acompanhamento de obras e manutenção predial, realização de processos licitatórios e de compras, fiscalização de contratos e serviços continuados, recebimento de produtos/materiais e rotinas de almoxarifado;
- Configuração, instalação e conferência de equipamentos eletrônicos recebidos ou emprestados e atendimento de chamados de manutenção de rede;
- Acesso a documentos e pastas físicas, digitalização de documentos e entrega ou recebimento de documentação. Impressão e entrega de material didático a estudantes sem acesso às ANPs;
- Entrega de alimentos a estudantes/familiares;
- Entrega/recebimento de livros a docentes/estudantes e catalogação de livros novos; gravação de videoaulas em laboratórios;
- Execução de projetos de TCC de cursos de graduação e de pesquisa que estão em andamento e necessitam de laboratório para realização.





# 3 ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA FASE 1 PELOS CÂMPUS

## **Dificuldades enfrentadas na implantação da Fase 1, destacam-se:**

- Dificuldade no preenchimento/controle do formulário de acesso diário aos câmpus, que tende a se agravar com o acesso de um público maior nas fases posteriores e pode levar a necessidade de organização de "fila" na entrada do câmpus. Sugere-se que seja reavaliada a necessidade/eficácia do preenchimento do formulário de acesso aos câmpus;
- Limitações para implantação de certas medidas: ausência de tapetes Pedilúvio; manutenção dos pedilúvios nos locais adequados; quantitativo reduzido de máscaras de tecido; baixa aderência ou durabilidade das fitas adesivas ao chão;
- Resistência dos terceirizados ao uso de EPI's conforme PSS e necessidade de reforçar constantemente a obrigatoriedade do uso de máscaras;
- Indefinição na Política com relação a casos de membros internos que tiveram contato com contaminados em que o médico indique aptidão ao trabalho;
- Encontrar servidores dispostos a colaborar com a barreira sanitária;
- Organização das tabelas com os autorizados a acessar o câmpus a cada dia;
- Faltas de estudantes agendados para realização de trabalhos/pesquisas nos laboratórios, tornando a preparação de barreira sanitária ociosa ou desnecessária;
- Vários câmpus relataram não terem dificuldades maiores em razão da baixa quantidade de pessoas frequentando a unidade.



# 4 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS PROTOCOLOS BIOSANITÁRIOS

**Instrumento elaborado para análise das condições de biossegurança dos câmpus considera os seguintes protocolos estabelecidos na PSS:**

- 1) Distanciamento físico;
- 2) Uso universal de máscaras;
- 3) Higiene pessoal e ambiental;
- 4) Detecção e isolamento de indivíduos suspeitos respiratórios;
- 5) Procedimentos de adequação institucional.

**Cada uma destas dimensões agrega um conjunto de medidas e ações, totalizando 53 itens aferidos. Estas dimensões foram tabuladas e classificadas conforme quadro abaixo:**

Matriz de Adoção de Boas Práticas de Biossegurança		
	Estratégias não implementadas	Elevado Risco de Biossegurança, não se recomenda o avanço para a fase 2
	Estratégias com necessidade de adequação específica	Moderado de Risco de Biossegurança, o avanço para a fase 2 depende de adequações específicas
	Estratégias foram implementadas plenamente	Atende os Critérios de Biossegurança, possibilidade de avanço para a fase 2

**Fonte:** Anexo I do Relatório CTC para Acionamento da Fase 2 da PSS



# 4 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS PROTOCOLOS BIOSANITÁRIOS

## Análise do resultado:

A maioria das unidades se encontram **em fase de implantação dos protocolos** e que há várias estratégias e medidas que necessitam de adequação, devendo ser completado simultaneamente ao acionamento da Fase 2 (Anexo 2).

Importante registrar que, segundo relatos obtidos dos dirigentes dos câmpus, as adequações **podem ser realizadas a curto prazo** e serão providenciadas assim que o CONSUP autorizar e definir a data a partir da qual os colegiados das diferentes unidades apreciarão o acionamento da Fase 2.

Torna-se indispensável, portanto, que cada câmpus consulte o resultado do levantamento para realizar as adequações necessárias antes do acionamento da Fase 2.

Matriz de Adoção de Boas Práticas de Biossegurança		
	Estratégias não implementadas	6 Câmpus
	Estratégias com necessidade de adequação específica	15 Câmpus
	Estratégias foram implementadas plenamente	1 Câmpus

Fonte: Anexo II do Relatório CTC para Acionamento da Fase 2 da PSS



# 5 EVOLUÇÃO DO CENÁRIO PANDÊMICO EM SANTA CATARINA

A atualização do risco potencial das regiões do estado apresenta atualmente, oito regiões que foram classificadas com risco potencial gravíssimo e oito com risco grave.

Figura 1 - Atualização do risco potencial das regiões do estado





# 5 EVOLUÇÃO DO CENÁRIO PANDÊMICO EM SANTA CATARINA

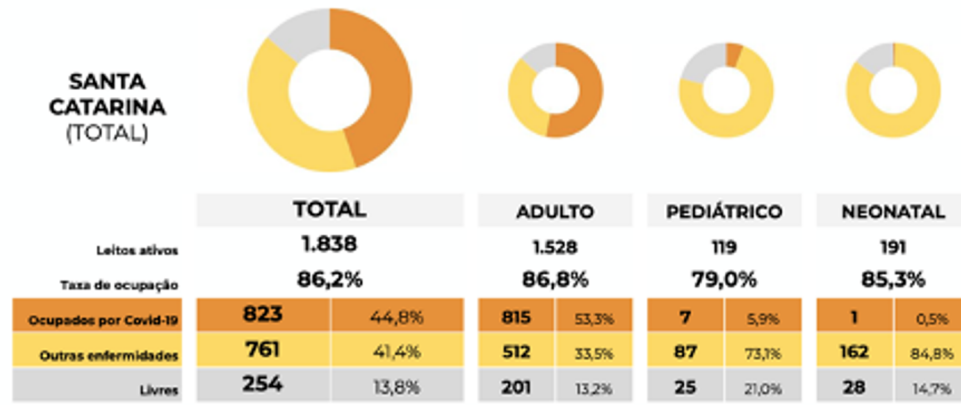
Considerando a **transmissibilidade** da doença, medida pela taxa R(t) que considera valores acima de 1 para risco de transmissão, de acordo com os dados da Plataforma multiescalar territorial COVID-19 **Santa Catarina apresentou índice de 0,99%.**

Na Grande Florianópolis, o índice atual é de 0,93%, muito semelhante às demais regiões com 0,92%.

Ao que se refere à média móvel no Brasil, esta é a menor desde fevereiro (2021), **demonstrando queda também em diagnósticos da doença**, com variação de -31% (14 dias).

Em Santa Catarina, a **média móvel** apresenta queda em -25%.

Em relação a **ocupação de leitos** de UTI adulto – SUS, a taxa geral de ocupação está em 92,9%, sendo 80,90% de taxa de ocupação para Covid no estado de Santa Catarina.



Fonte: <http://covid19.defesacivil.sc.gov.br>  
<https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/acessado> 2021 Jul 13

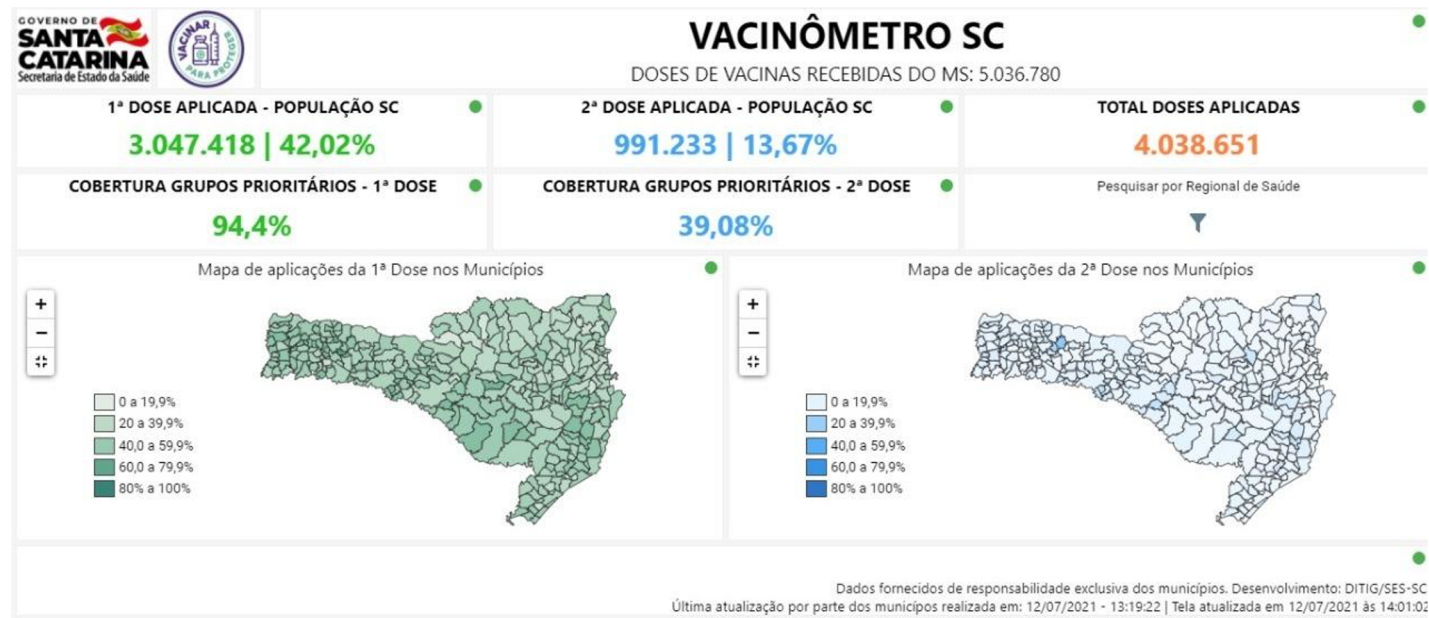




# 5 EVOLUÇÃO DO CENÁRIO PANDÊMICO EM SANTA CATARINA

A **imunização**, ainda que incompleta, são perceptíveis quando analisados dados referentes à transmissibilidade e ocupação de leitos de UTI.

Considerando o aumento da disponibilidade de imunizantes, o governo tem feito reiteradas comunicações na mídia sobre a crescente possibilidade de uma imunização da população maior de 18 anos até dezembro de 2021.





# 5 EVOLUÇÃO DO CENÁRIO PANDÊMICO EM SANTA CATARINA

- Desse conjunto de dados e informações, denota-se uma **tendência de diminuição dos indicadores de transmissibilidade e gravidade do quadro pandêmico de Covid-19, ao longo das últimas duas semanas no Estado de Santa Catarina.**
- Podendo se considerar que isso é reflexo do avanço no processo de imunização da população.
- Mantida essa evolução do quadro pandêmico em Santa Catarina, no sentido da redução do agravamento e melhoria da avaliação de risco das diferentes regiões de saúde, estará atendido um outro importante pré-requisito de acionamento da Fase 2, qual seja, a verificação de **Risco Potencial GRAVE por 14 dias na região de saúde em que se encontra o câmpus.**



# 6 IMPACTO DA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO IFSC

Com base nesses dados e olhando especificamente para os dois últimos semestres (2020.2 e 2021.1), onde o processo de ingresso foi significativamente impactado pela pandemia Covid-19 e pelo contexto institucional adverso, é possível constatar:

- Redução da oferta de cursos - 49% em 2020.2 e 14% em 2021.1, quando comparados aos “semestres espelhos” (2019.2 e 2020.1, respectivamente);
- Redução da oferta de vagas - 14% em 2020.2 e 1% em 2021.1, quando comparados aos “semestres espelhos”;
- Redução de candidatos inscritos – 22% em 2020.2.

SEMESTRE	CURSOS	VAGAS	CANDIDATOS
2019.2	325	11092	42514
2020.2	161	8500	33181
2020.1	420	13499	62270
2021.1	361	13391	64463

**Fonte:** Sistema de Ingresso IFSC – Extraído pelo DEING/PROEN. \* Não constam informações do ingresso EJA-EPT, Transferências e Retornos pelo fato dos processos estarem descentralizados (câmpus).





# 6 IMPACTO DA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO IFSC

## Taxas de Evasão e Eficiência Acadêmica do IFSC, 2019 e 2020.

- Como pode ser evidenciado, no ano letivo 2020, houve aumento da “taxa de evasão” em 10,6% e redução da “eficiência acadêmica” na ordem de 15,6%, quando comparado aos dados do ano letivo 2019.
- Suspeita-se que a taxa de evasão seja ainda maior por conta do grande número de alunos ativos no SIGAA mas sem matrícula em nenhum componente curricular.
- O Dashboard Informações Acadêmicas produzido pela DEIA/PROEN e DG/PRODIN indicam que dos 30.128 alunos que estão cursando no IFSC até 13/07/21, 4.679 encontram-se “ativos sem turma”.

ANO	EVASÃO ANO (%)	EFICIÊNCIA ACADÊMICA (%)
2019	27,6	47,2
2020*	38,2*	31,6*

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e Prévia PNP/DEIA/PROEN 2021(\*)



# 7 PARECER E RECOMENDAÇÕES

## Considerando as condições para acionamento da Fase 2 da PSS:

- ✓ o resultado da implantação da Fase 1 pelos Câmpus;
- ✓ estratégia para avaliação do cumprimento dos protocolos de biossegurança pelos Câmpus;
- ✓ o cenário de redução do agravamento da pandemia em Santa Catarina;
- ✓ Os impactos da suspensão das atividades presenciais sobre o desempenho institucional

**CTC é de parecer FAVORÁVEL e recomenda ao CONSUP** que autorize os colegiados dos câmpus/Cerfead/Reitoria a apreciarem as condições para o acionamento da Fase 2 da PSS.



# 7 PARECER E RECOMENDAÇÕES

## Indicamos ainda que:

- 1) Servidores e estudantes que compõem grupo de risco e não completaram 28 dias após o término do ciclo vacinal completo não devem acessar os câmpus, devendo-se avaliar também as instruções dadas aos estudantes e servidores no processo.
- 2) Os estudantes podem optar por não retornar à presencialidade nesta Fase, devendo a continuidade da oferta de ANPs ser dimensionada e orientada caso a caso pelos câmpus.
- 3) Nos setores que retornarem às atividades presenciais consideradas essenciais para o acionamento da Fase 2, poderá haver um escalonamento de servidores. Os horários de funcionamento dos setores podem ser reduzidos, de acordo com as normativas vigentes.
- 4) Durante a implantação da Fase 2, a Comissão Local de Contingência elaborará relatório de acompanhamento conforme orientações do CTC.
- 5) O acionamento da Fase 2 obriga as unidades ao cumprimento integral da PSS, Inclusive no que se refere ao escalonamento de turnos e horários de funcionamento e cumprimento integral de protocolos bio sanitários.
- 6) O retorno de fase poderá ocorrer se o câmpus deixar de ter condições de atendimento integral aos protocolos bio sanitários ou em caso de determinação expressa de autoridade municipal ou estadual.

---

**Comitê Técnico Científico da PSS IFSC**

Portaria nº 1.405, de 13 de maio de 2021

